

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Jornal do BrasilClass.: 48Data: 22.09.87

Pg.: _____

Topógrafo da Funai que interrompeu demarcação é capturado por índios

CUIABÁ — Os índios canoeiros da reserva de Japuira, no município de São José do Rio Claro, meio-norte de Mato Grosso, tomaram como refém no fim de semana o topógrafo da Funai Arnold Luytem, que interrompeu o trabalho de demarcação de parte da área indígena. A interrupção foi determinada pelo juiz Murat Valadares, da 7ª Vara Federal de Brasília, em dezembro do ano passado, acatando medida cautelar impetrada pela Agropecuária São Marcos S.A.

Apesar de o juiz ter ordenado a interrupção da demarcação em dezembro do ano passado, até a realização de uma vistoria na área, a medida não tinha sido utilizada pela empresa; até agora, porque o período de chuvas impedia o trabalho, reiniciado há duas semanas.

O chefe da 2ª Superintendência Regional da Funai, Eraldo Fernandes da Silva, foi informado do seqüestro por um grupo de canoeiros, liderado pelo índio Nicolau. Os canoeiros reivindicam da Funai providências junto à Justiça Federal para que a demarcação seja reiniciada imediatamente.

A Funai, de acordo com a sua assessoria de imprensa, exigiu dos índios a imediata libertação do topógrafo, que, em caso contrário, seria resgatado à força. De acordo com os canoeiros, Arnold Luytem não sofreu qualquer violência. Além do topógrafo, estavam na reserva três agentes da Polícia Federal, que davam cobertura ao trabalho de demarcação. Dois deles já voltaram a Brasília e o outro continua na área, mas não foi capturado pelos índios. Ao fim de uma reunião com os índios, a Funai conseguiu convencê-los a pedir, por rádio, a libertação do topógrafo, mas não se sabia se isso efetivamente ocorreria.

A reserva dos canoeiros foi criada pelo Decreto 92.001, de 25 de novembro de 1985, mas a medida logo foi questionada por fazendeiros da região, representados pela Agropecuária São Marcos. Os fazendeiros entraram com uma representação no Supremo Tribunal Federal, mas não tiveram êxito. No final do ano passado, impetraram medida cautelar, pedindo produção antecipada de provas. O juiz Murat Vasconcelos determinou então a suspensão de todas as atividades na área, até que os peritos fizessem um levantamento. Os índios, que alegam viver na região desde 1962, acusam os fazendeiros de abrir picadas em seu território, o que também contraria a decisão do juiz.

A Superintendência da Funai prometeu aos índios acionar a assessoria jurídica do órgão para apressar o levantamento solicitado pelo juiz, para que a demarcação seja logo reiniciada. Caso não haja uma solução, os índios prometem ir até Brasília para falar com a direção da Funai. Os índios temem que a demarcação demore a ser reiniciada, trazendo o risco de o trabalho ser novamente interrompido por causa das chuvas. Os índios dizem que, apesar de a reserva ter sido criada por um decreto do presidente da República, o trabalho de demarcação foi suspenso quatro vezes.